



CONTROLES INTERNOS: A CONTRIBUIÇÃO DA CONTROLADORIA E DA AUDITORIA NO SETOR FINANCEIRO DAS EMPRESAS

Eli Teresinha Biscaro – Centro Universitário SOCIESC de Blumenau
eli.biscaro@unisociesc.com.br

Sabrina Miranda Ribeiro – Centro Universitário SOCIESC de Blumenau sabrinam.r@hotmail.com

Maria Gabriela Porto Moreira – Centro Universitário SOCIESC de Blumenau
maria.mgpm@hotmail.com

Júlia Maria Foster – Centro Universitário SOCIESC de Blumenau
juliafoster99@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é descrever a importância do controle interno no setor financeiro das empresas. Juntamente com o auxílio da controladoria, que tem a função de garantir informações adequadas ao processo de tomada de decisão e mais segurança dentro dos processos executados, colaborando assim, com os gestores na busca da eficácia gerencial. Os controles internos têm como objetivos principais: proteger os ativos da empresa, verificar a exatidão e fidelidade dos relatórios gerados e estimular o cumprimento das políticas da empresa. Quando efetivamente executados, os controles internos podem assegurar a correção dos dados e evitar erros e fraudes através do trabalho preventivo nos processos. Assim a empresa que utiliza dos controles internos terá como medir e verificar seus resultados com maior precisão, gerar relatórios que forneçam informações com exatidão e em tempo hábil, permitindo que os administradores tomem as melhores decisões. Para auxiliar na execução eficaz dos controles internos as empresas também podem se beneficiar do trabalho de auditoria, seja interna, realizada por um funcionário qualificado nesta área, ou mesmo externa, através da contratação de um profissional independente. A auditoria contábil irá desempenhar papel importante junto aos controles, buscando comprovar se os registros contábeis estão alinhados com os princípios da contabilidade, além de examinar e analisar os processos da empresa para identificar alguma discordância não detectada pelos seus controles em algum procedimento, podendo sugerir melhorias para corrigi-los e mantê-la longe dos riscos de erros ou fraudes.

PALAVRAS-CHAVE: Controle interno. Controladoria. Auditoria. Financeiro. Tomada de decisões.

ABSTRACT: The purpose of this article is to describe the importance of internal control in the financial sector of companies. Together with the help of the controllership, which has the function of ensuring adequate information to the decision-making process and more security within the executed processes, thus collaborating with managers in the search for managerial effectiveness. The internal



controls have as main objectives: to protect the company's assets, verify the accuracy and fidelity of the reports generated and encourage compliance with the company's policies. When effectively implemented, internal controls can ensure the correctness of data and prevent errors and fraud through preventive work on processes. Thus, the company that uses internal controls will be able to measure and verify its results with greater precision, generate reports that provide information accurately and in a timely manner, allowing administrators to make the best decisions. To assist in the effective execution of internal controls, companies can also benefit from the audit work, whether internal, performed by a qualified employee in this area, or even external, through the hiring of an independent professional. The accounting audit will play an important role with the controls, seeking to check if the accounting records are aligned with the accounting principles, in addition to examining and analyzing the company's processes to identify any discrepancies not detected by its controls in any procedure, and may suggest improvements to correct them and keep you away from the risks of errors or fraud.

KEY WORDS: Internal control. Controllorship. Audit. Financial. Decision-making.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao aumento da competitividade no mercado, o avanço da tecnologia e o crescimento da complexidade das empresas, os gestores encontram-se obrigados a aperfeiçoar sua maneira de administrar e a necessidade de implantar algum tipo de controle gerencial, com o intuito de auxiliar diretamente os administradores para a tomada de decisão. (SILVA; VIEIRA, 2015).

Através da implantação de controles bem estruturados e adequados à realidade de cada empresa, é possível também, obter a proteção dos seus ativos, a segurança, fidelidade e integridade dos registros, demonstrações, informações e relatórios contábeis.

É importante para os gestores deter o conhecimento e valorizarem os benefícios que a auditoria contábil traz para suas empresas em parceria com os controles internos. Esta ferramenta busca demonstrar a transparência dos fatos ocorridos através de uma meticolosa análise de documentos e relatórios.

Assim também, os controles internos desenvolvidos pela entidade, quando efetivamente executados, podem assegurar a correção dos dados e evitar erros e fraudes por meio de trabalho preventivo acerca dos acontecimentos.

Em primeiro lugar, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para aprofundar o conhecimento sobre o assunto e para alcançar embasamento teórico com a finalidade de fundamentar este artigo.



Fez-se necessário o uso de pesquisas anteriores a este estudo, que trazem uma enorme contribuição para este importante tema, onde é analisado como se realiza estes processos e quais são seus objetivos, a partir das dimensões abordadas: Controladoria: teoria e prática (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2004). Auditoria interna: percepção de sua importância para resguardar ativos das organizações do ramo financeiro (NEGRA; VIANAM; NEGRAS; 2013). Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (JUNIOR et al, 2013). Normas brasileiras de contabilidade: Auditoria interna: NBC TI 01 e NBC PI 01 (CFC 2012). Auditoria: conceitos e aplicações (ATTIE, 2000 e 2011). Introdução à teoria geral da administração (CHIAVENATO, 1993).

Em seguida foi realizada uma pesquisa de campo, através de questionário enviado aos responsáveis pelo setor financeiro de duas empresas do ramo têxtil, com o intuito de verificar se possuem algum tipo de controle interno nas organizações e suas observações a respeito. As respostas serão apresentadas através de tabelas para um maior entendimento.

O artigo tem como objetivo geral apresentar de que forma a controladoria, de acordo com as normas da auditoria, pode contribuir na estruturação dos controles internos no setor financeiro das organizações, especificamente nos setores de contas a pagar e a receber.

Além de trazer os conceitos sobre controladoria e controle interno, esclarecendo as diferenças que existem entre os controles administrativos e os controles contábeis, os objetivos específicos deste estudo serão: a) Identificar e descrever os princípios e elementos do controle interno; b) Apresentar os efeitos positivos que a controladoria pode efetuar para os controles internos; e c) evidenciar através de pesquisa no setor financeiro das empresas objeto do estudo do contas a receber e a pagar, quais os controles internos adotados.

Estes conhecimentos serão de grande importância e utilidade para gestores, administradores em geral, acadêmicos que buscam enriquecer sua formação profissional e demais pessoas interessadas no assunto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTROLADORIA



A origem da controladoria está relacionada aos processos de evolução dos meios sociais e de produção, iniciados a partir da Revolução Industrial, e que vieram a refletir no início no século XX, onde as grandes corporações norte-americanas passam a ter como objetivo o controle eficiente e seguro dos seus negócios.

Com o aumento da competitividade no mercado, a crescente complexidade na organização das empresas e juntamente com interferências do governo através das políticas fiscais, muitos gestores de maior visão tem sido levados a repensarem em um sistema de controle gerencial mais adequado para auxiliar na tomada de decisões e atender as necessidades de suas empresas.

De acordo com Silva e Vieira (2015) independentemente de seu porte, toda empresa deve implantar algum modelo de controle gerencial fim de prover aos administradores um auxílio para as tomadas de decisão. Para que as metas estipuladas sejam cumpridas, é necessário que esses controles apresentem boa estrutura, que sejam eficazes e tenham margem de segurança aceitável.

Considerando esses pontos, nasce a necessidade de desenvolver a função de Controladoria, que segundo Figueiredo e Caggiano (2004) tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborando com os gestores na busca da eficácia gerencial.

Figueiredo, Caggiano e Mossimann (1993) conceituam Controladoria como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências de Administração, Economia, Psicologia, Estatística e principalmente da Contabilidade, que se ocupam da gestão Econômica das empresas, com o fim de orientá-las para eficácia. O processo de controlar a gestão serve de suporte ao processo de tomada de decisão e realiza-se por meio dos seguintes passos: planejamento estratégico, planejamento operacional, programação, execução e controle.

Compreende-se desta forma que a Controladoria é uma função muito importante para as empresas, que visam sucesso através da proteção de seu patrimônio e controle de seus recursos, custos e despesas, pois lida diretamente com as informações que mais apresentam dados para os gestores se basearem e conduzirem seus negócios com maior assertividade.



2.2 AUDITORIA

O conceito de auditoria contábil refere-se a um exame cuidadoso de livros contábeis, documentos e arquivos de uma entidade para a obtenção de informações dos procedimentos e registros, bem como a confirmação dos valores demonstrados no seu patrimônio. Attie (2011) diz que a auditoria é um aperfeiçoamento contábil, que busca testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial com a finalidade de manifestar uma opinião sobre determinado conteúdo.

Os exames de avaliação dos documentos são executados de acordo com as normas de auditoria presentes na legislação, buscando comprovar se os registros contábeis estão alinhados com os princípios de contabilidade. Para Junior et al (2013 apud Santos et al, 2006, p.22) auditoria contábil é definida como:

[...] a técnica contábil utilizada para avaliar essas informações, constituindo, assim, complemento indispensável para que a contabilidade atinja plenamente essa finalidade. Dessa forma, a auditoria pode ser considerada uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinada informação.

A auditoria pode ser classificada de duas formas: externa e interna. É relevante que o auditor, pessoa responsável pela execução deste trabalho, seja responsável, honesto, ético, íntegro e dedicado. Pode ser tanto um funcionário, no caso de auditoria interna, quanto uma pessoa e/ou empresa contratada definido como auditoria externa.

a) Auditoria interna

Crepaldi (2004) expõe a criação da auditoria interna como uma referência a atividades qualificáveis o exemplo da Worshipful Pewters Co. Tal entidade, em 1854, nomeou quatro de seus membros para examinar suas contas (logo, auditoria interna contábil) e o desempenho dos demais na extração, transporte e venda de minério (logo, auditoria interna operacional).

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TI 01- Da Auditoria Interna) instituída pelo Conselho Federal de Contabilidade, resolução N° 986/03:



A auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Suas atividades compreendem os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (...) e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

b) Auditoria externa

A auditoria externa é realizada por um profissional independente que não possua nenhum vínculo com a entidade auditada. Este profissional ainda deve possuir o registro no Conselho Regional de Contabilidade CRC e ser habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários CVM. Santos et al (2006), define auditoria externa como um conjunto de procedimentos técnicos que destaca se as demonstrações contábeis da organização estão de acordo com a realidade financeira e patrimonial. Assim como observa se as origens e aplicações de recursos da empresa, as mutações no patrimônio líquido e o resultado das operações estão em concordância aos princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade para que então, após as validações, emitir um parecer.

Apesar dos dois tipos de auditorias terem o mesmo objetivo, que é verificar os procedimentos e registros contábeis e testar a eficácia e eficiência dos controles internos conforme as normas de auditoria e princípios da contabilidade, ambas apresentam diferenças entre si. Almeida (2009) demonstra as diferenças entre eles, conforme evidenciado no quadro 1:

QUADRO 1: COMPARATIVO AUDITOR INTERNO X AUDITOR EXTERNO:

AUDITOR INTERNO	AUDITOR EXTERNO
-----------------	-----------------



É empregado da empresa auditada;	Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
Menor grau de independência;	Maior grau de independência;
Executa auditoria contábil e operacional;	Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: Verificar se as normas internas estão sendo seguidas; Verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; Verificar a necessidade de novas normas internas; Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais;	O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.



Como foi apresentada, a auditoria é uma parte muito importante do controle interno, pois ela confere e confirma se o mesmo está sendo executado de forma correta e eficaz, buscando sempre melhorá-lo. Na sequência evidencia-se como se estabelece o controle interno nas empresas e quais seus critérios e importâncias.

2.3 CONTROLE INTERNO

Controlar é corresponde a tarefa de fiscalizar ou monitorar alguma atividade. O controle interno em uma empresa é comparar os resultados obtidos com os desejados. Para Almeida (2009) controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Crepaldi (2000) conceitua controle interno como o sistema de uma empresa, que compreende o plano de organização, os deveres e responsabilidades e todos os métodos e medidas adotadas”.

O processo de controle é formado por procedimentos que direcionam como cada atividade deve ser executada para que todo o ciclo da empresa aconteça de forma eficaz, prevenindo erros ou irregularidades. Assim que estes controles são fiscalizados periodicamente, os próprios funcionários da empresa identificam os erros no momento em que estão desempenhando suas tarefas diárias e quando não são identificados, realiza-se uma auditoria interna para revisar onde o controle está falhando e/ou onde pode ser melhorado, evitando informações inconsistentes ou prejuízos para a empresa.

Quando uma empresa inicia suas atividades operacionais, o proprietário possui capacidade de gerenciar as etapas de controle da organização, porém à medida que ela expande, se torna mais complexo e exigente desempenhar tal tarefa com eficiência. A partir daí, surgem os controles internos, pois, sua estrutura organizacional é mais ampla, conseqüentemente, torna-se mais complexa e com isso faz-se necessário a emissão de relatórios pelos funcionários para que auxiliem o responsável pelo gerenciamento da empresa de acordo com as metas traçadas.



“Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias”. (ALMEIDA, 2009).

Para Santos, et al (2006), o controle interno é como um conjunto de procedimentos e métodos que têm como alvo a proteção dos ativos da empresa, além de gerar dados contábeis válidos para auxiliarem na orientação da administração da empresa.

Crepaldi (2004) descreve que é necessário distinguir o termo Controle Interno de Auditoria Interna. A Auditoria Interna equivale a um trabalho organizado e contínuo de revisão, avaliação e exame de documentos e fatos, executado por um setor especializado de funcionários de confiança da alta administração, enquanto o Controle Interno refere-se aos procedimentos que a organização adota como plano permanente de controles a serem seguidos na empresa. É necessário observar como se encontram os controles da empresa:

- Quanto melhor o controle, mais segurança para o trabalho;
- Quanto menor o controle, mais cuidado será exigido na execução das tarefas.

A importância do controle interno para Crepaldi (2004) é vista no momento em que ele é o principal meio que assegura a continuação do fluxo das operações que se realizam rotineiramente nas empresas.

Attie (1992) explica que é de suma importância que os resultados que são gerados por esse fluxo, onde dados são transformados em informações, sejam de alta confiança e práticas para serem analisadas pelos empresários que as utilizaram para tomarem decisões de acordo com os objetivos comuns da empresa. Conforme citado anteriormente, o controle interno tem como objetivos principais a proteção dos ativos, a produção e confiabilidade de dados contábeis e, suporte na gestão da empresa.

Fayol (1981), descreve de uma forma prática que o objetivo do controle identificar as falhas e inexistências a fim de que se possa repará-los e evitar retrabalho.



Os objetivos do controle interno podem ser analisados de forma separada em quatro tópicos básicos que são mencionados por Attie (2000) como:

A Salvaguarda dos interesses da empresa: aqui o objetivo do controle interno remete-se à proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades. Algumas das principais práticas que podem auxiliar a salvaguarda dos interesses são os exemplos citados pelo mesmo autor: segregação de funções, sistema de autorização e aprovação, determinação de funções e responsabilidades, rotação de funcionários e legislação. A preocupação que o controle interno tem com relação à proteção de seu patrimônio fica perceptível através das várias precauções praticadas que contribuem para este objetivo.

A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais: este objetivo compreende a geração de informações adequadas e fundamentais para a gestão administrativa para uma melhor compreensão dos fatos e eventos realizados na organização.

Esta confiabilidade e precisão é bem enfatizada por Attie (2000) quando explica que uma organização precisa implantar sistemas que lhe assegure conhecer os fatos ocorridos em cada ramo que atua. A consequência desses fatos deve ser registrada e entregue aos administradores em tempo hábil para seu conhecimento.

Os meios que possibilitam a realização deste objetivo são: documentação confiável; conciliação; análise; plano de contas; tempo hábil e equipamento mecânico.

O estímulo à eficiência operacional: tem como objetivo instigar a eficiência nas atividades operacionais da empresa, buscando equipar-se com todos os meios necessários à condução de tarefas, desta forma gerando entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme a todos os envolvidos da empresa.

Os principais meios que influenciam a obtenção de pessoas qualificadas, conforme Attie (2000) são:

- a) Seleção: possibilita a obter pessoas qualificadas para exercer com eficiência as funções específicas;
- b) Treinamento: possibilita a capacitação do pessoal para a atividade proposta;



c) Plano de carreira: estabelece a política da empresa ao pessoal quanto às possibilidades de remuneração e promoção, incentivando o entusiasmo e a satisfação do pessoal;

d) Relatórios de desempenho: compreendem a identificação individual de cada funcionário. Apontam suas virtudes e deficiências, sugerindo alternativas necessárias ao aperfeiçoamento pessoal e profissional;

e) Relatório de horas trabalhadas: possibilita a administração mais eficiente do tempo despendido pelo pessoal e indica mudanças necessárias ou correção das metas de trabalho;

f) Tempos e métodos: possibilitam o acompanhamento mais eficiente de execução das atividades e regulam possíveis ineficiências do pessoal.

g) Custo-padrão: permite acompanhar permanentemente o custo de produção dos bens e serviços produzidos, identificando benefícios e ineficiências do processo de produção;

h) Manuais Internos: sugerem clara exposição dos procedimentos internos, possibilitando práticas uniformes, normatização e eficiência dos atos que previnem a ocorrência de erros e desperdícios.

i) Instruções Formais: apontam formalmente as instruções a serem seguidas pelo pessoal, evitando interpretações dúbias, mal entendidos e a possibilidade de cobranças. Não importa para a empresa obter uma administração que se baseia em sistemas e relatórios sofisticados, se os seus recursos humanos não forem corretamente selecionados e bem treinados para trabalhar atendendo às políticas determinadas pela administração da empresa.

A aderência às políticas existentes: neste objetivo o controle interno se concentra em garantir que as políticas e procedimentos definidos previamente pela administração da empresa sejam seguidos de forma adequada e respeitada por todos os colaboradores envolvidos. Baseado nestas políticas, (Attie, 2000) indica alguns meios:

a) Supervisão: a supervisão constante proporciona melhor rendimento pessoal, encontrando-se rapidamente possíveis desvios, erros ou dúvidas ocorrentes na execução das atividades;

b) Sistema de revisão e aprovação: mostra se as políticas e procedimentos determinados estão sendo cumpridos, através do método de análise e aprovação;

c) Auditoria interna: facilita a identificação das transações que são realizadas pela empresa e que estejam de acordo com as políticas estabelecidas pela administração.

Para que o controle interno em uma empresa ocorra de forma assertiva, de maneira a evitar erros e irregularidades devem ser adotados princípios de controle interno.

Para compreendermos melhor, será apresentado no quadro 2, conforme Crepaldi (2004) listou alguns dos principais princípios e seus objetivos.

QUADRO 2: PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DE CONTROLE INTERNO:

PRINCÍPIOS	OBJETIVOS
a) Deve ser fixada as responsabilidades.	Se não existir delimitação extra, o controle será deficiente.
b) A contabilidade e as operações devem estar segregadas.	Um empregado não deve ocupar um posto em que tenha controle da contabilidade e, ao mesmo tempo, controle das operações que ocasionam lançamentos.
c) Controles cruzados. Por exemplo: as vendas diárias devem ser acumuladas e confrontadas ao final do período com a	Devem ser utilizadas todas as provas disponíveis para se comprovar a exatidão, visando assegurar que as operações foram registradas corretamente na contabilidade.



soma das etiquetas das mercadorias entregues.	
d) Nenhuma pessoa individualmente deve ter completamente a seu cargo uma transação comercial.	Qualquer pessoa, deliberadamente ou inadvertidamente, poderá cometer erros; entretanto, é provável que se descubram os erros se o manejo de uma transação está dividido entre duas ou mais pessoas.
e) Deve-se escolher e treinar cuidadosamente os empregados.	Um treinamento cuidadoso oferece como resultados: melhor rendimento, custos reduzidos, e empregados mais atentos e ativos
f) Se for possível: Deve haver rotatividade entre os empregados destinados a cada trabalho. Deve ser imposta a obrigação de usufruto de férias para todas as pessoas que ocupam postos de confiança.	Isso reduz as oportunidades de fraude e indica a adaptabilidade do empregado.
g) As instruções de operação para cada cargo devem ser sempre fornecidas por escrito.	Os manuais de procedimentos fomentam a eficiência e evitam erros ou interpretações erradas

Fonte: Crepaldi, 2004, p.256.

Como já mencionado no início desse tópico, esses são apenas alguns princípios fundamentais para a implementação de um sistema de controle interno eficiente. Cada organização deverá avaliar e assumir os que se adequem à realidade da empresa.



Apesar do constante esforço que a administração de cada empresa deve manter para assegurar o cumprimento contínuo das políticas e procedimentos definidos, de acordo com Crepaldi (2002) existem limitações nos sistemas do Controle Interno conforme o autor lista:

- É comum em aplicações de procedimentos de controles ocorrer erros devido ao mau entendimento das instruções, erros de bom senso, descuidos ou outros fatores humanos.
- Em procedimentos cuja sua eficácia depende da divisão de funções podem ser equivocados mediante convivência.
- Os procedimentos referentes à execução e registro das operações podem mostrar ineficazes diante de erros ou irregularidades cometidas pela administração ou de estimativas ou ações inadequadas na elaboração das demonstrações, dos orçamentos e fluxos de caixa.
- As projeções das avaliações para períodos futuros correm risco de ficarem defasadas devido às mudanças e condições ou pelo fato de mudança nos procedimentos.
- Espera-se que os sistemas de controles proporcionem uma certeza razoável que será alcançado os objetivos finais, porém o conceito de certeza razoável leva em conta que não deve superar seus benefícios esperados, estes que se esperam que reduzam as perdas de não conseguir os objetivos na definição dos controles.

2.4 CONTROLES ADMINISTRATIVOS E CONTROLES CONTÁBEIS

Para alcançar os objetivos do controle interno em uma organização, é necessário identificar o que são controles administrativos, que auxiliam a administração da empresa na tomada de decisão e condução dos negócios e o que representa os controles contábeis, onde esse último tem como objetivo a proteção dos ativos e a produção de dados contábeis confiáveis.



Chiavenato (1993) descreve que existem três significados para a palavra controle na administração, que são: controle como função restritiva e coercitiva; controle como sistema automático de regulação e o controle como função administrativa que é o controle que participa do processo administrativo diretamente relacionado com as funções de planejamento, organização e a direção.

O autor traz uma ideia mais ampla e realista destacando que o controle administrativo pode ser muito útil como um sistema que forneça *feedback*, além de ser um reflexo de todas as demais funções administrativas, onde são estabelecidos os padrões, mensurado o desempenho da ação empresarial e é realizado a correção de desvios. A partir desse entendimento de controle como função administrativa, pode-se estabelecer uma distinção clara conforme Attie (1985), entre o que são controles contábeis e controles administrativos. Os controles contábeis englobam todas as técnicas e metodologias ligados a salvaguarda do patrimônio da propriedade dos registros contábeis. Já os controles administrativos compreendem procedimentos e métodos ligados com a eficiência das operações, com foco na política de negócios da organização e indiretamente aos registros financeiros.

É importante enfatizar estes conceitos, pois a diferença que há entre eles é evidente. Enquanto os controles contábeis se concentram com os princípios que guardam o patrimônio e registros da empresa, os controles administrativos preocupam-se com os interesses da operação da empresa.

2.5 CONTROLE FINANCEIRO

Dentro das responsabilidades da administração, as principais funções estão relacionadas ao cumprimento dos objetivos e metas da organização, através dos controles financeiros, que estão envolvidos direto com a movimentação e registros numéricos.

Para que as empresas possam avaliar o que ocorreu com seu capital nos períodos anteriores, e compreender o que está acontecendo no presente, é fundamental a implantação de um controle financeiro bem estruturado. Desta forma é possível obter informações que auxiliem na execução do planejamento de suas atividades e controle de seus resultados, identificar possíveis erros e/ou despesas desnecessárias, além de mostrar alternativas para alcançar lucros desejáveis.



2.5.1 CONTROLE INTERNO DE CONTAS A RECEBER

O controle de contas a receber permite uma previsão para a empresa do que será possível aplicar ou não. Segundo Trombetta (2014) o fracasso de uma empresa está intimamente atrelado a falta de controle de suas contas.

A conta chamada contas a receber representa os valores registrados a receber dos clientes de uma empresa, provenientes de vendas a prazo. Segundo o CRCSP/IBRACON (2000), um sistema de controle interno eficaz deve ter como objetivo a aprovação dos pedidos dos limites de crédito, faturamento ao cliente, a verificação na fatura, o embarque, o registro das contas a receber, a contabilização e controle de recebimento de caixa e os depósitos dos recebimentos.

Um controle interno eficaz das contas a receber de acordo com Padoveze (2004), também se preocupa com a aprovação das vendas canceladas, a contabilização do cancelamento e da devolução da mercadoria e a aprovação dos débitos incobráveis.

Para se evitar erros e desvios das funções das pessoas da administração, a qual estão responsáveis por efetuar estes controles ou ao menos identificá-los com rapidez e clareza no contas a receber, alguns procedimentos devem ser tomados, dentre os quais se podem citar: segregação de funções; custódia de títulos e das garantias; relatórios internos, confirmação com clientes entre outros procedimentos.

2.5.2 CONTROLE INTERNO DE CONTAS A PAGAR

Para as empresas é de grande importância de crédito junto aos seus fornecedores. No sistema de contas a pagar os objetivos primários devem ser a garantia de que nenhum pagamento seja feito sem a devida evidência documental e evitar pagamentos em duplicidade.

As áreas envolvidas no processo de contas a pagar começam normalmente na preparação e envio de ordem de compras (pedido) ao fornecedor, que por meio da avaliação de novos fornecedores o encarregado de compras efetua a tomada de preço seguindo o processo, escolhendo o menor preço, melhor qualidade e o menor tempo de entrega.



Segundo Padoveze (2004), os controles sobre contas a pagar são finalizados com a emissão de relatórios regulares (semanais ou mensais), que podem demonstrar, por exemplo, os saldos provenientes dos relatórios, os ingressos de novas contas a pagar e os pagamentos já efetuados. O mesmo autor ainda enfatiza que é de suma importância para as pessoas envolvidas no ambiente de controle que o responsável que registra as ordens de compras e o efetivo pedido não tenha acesso ou não esteja envolvido com a área da tesouraria da empresa.

Seguindo fielmente a estes procedimentos, Crepaldi (2000) afirma que a empresa estará segura e receberá os benefícios de que: a) nenhuma conta fictícia foi registrada; b) todo pagamento efetuado decorreu de uma compra autorizada; c) todas as compras autorizadas foram efetuadas e registradas; d) todos os pagamentos efetuados foram registrados.

2.5.3 CONTROLE BANCÁRIO

Atualmente é impossível pensar na existência de uma empresa sem uma conta bancária, no entanto é muito importante se ter controle também sobre as informações geradas e arquivadas nesta conta.

O controle bancário refere-se ao registro que é feito diariamente de toda a movimentação e transações bancárias e do controle de saldos existentes nela, como por exemplo: os débitos e créditos registrados na conta da empresa, como depósitos recebidos de clientes, pagamentos de despesas realizados pelo setor financeiro e outros valores que são debitados automaticamente da conta como (tarifas bancárias e juros sobre saldo devedor). (TROMBETTA, 2014).

Para Trombetta (2014) existem duas finalidades para o controle bancário, que são:

- a) confrontação dos registros da empresa e os lançamentos gerados pelo banco, além de apurar as diferenças nos registros se isso ocorrer;
- b) gerar informações sobre os saldos bancários existentes, inclusive se são suficientes para pagar os compromissos do dia.



2.5.4 CONTROLE DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão da área financeira muito utilizada pelas empresas. O fluxo de caixa está ligado com o planejamento das entradas e saídas em um determinado período para se manter a estabilidade das finanças e proporcionar a visualização das informações e valores que o administrador financeiro usará de base para tomada de decisão. (TROMBETTA, 2014).

O controle de caixa deve ter como objetivo apresentar os registros diários da movimentação de recebimentos, pagamentos e o saldo para que o administrador conheça com exatidão as contas que terá que pagar ou receber e o que já entrou em seu caixa na data em questão. Desta forma, facilita a tomada de decisão sobre o valor que terá disponível para aplicar ou não, levando a buscar outras fontes de recursos para a demanda exigida. (TROMBETTA, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de responder aos objetivos deste estudo, o enfoque desta pesquisa é a descritiva, pois foi abordado análises a partir de controles internos de contas a pagar e a receber de duas empresas do ramo têxtil.

Segundo Barros e Lehfeld (2007), neste tipo de pesquisa o pesquisador descreve o objeto da pesquisa sem que haja sua intervenção. Procura esclarecer a periodicidade em que as ocorrências acontecem, sua natureza, características, motivos, ligações e a coerência com outros fenômenos.

A pesquisa descritiva tem mais profundidade e procura estabelecer relações entre as variáveis existentes na população estudada.

Quanto às fontes de informação, foram utilizados vários autores renomados com experiência na área para a formulação do embasamento teórico, ou seja, foi utilizado a técnica de pesquisa bibliográfica que segundo Markoni e Lakatos (2017) são as bibliografias já tornadas públicas correspondentes ao conteúdo estudado, a contar de, periódicos, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, artigos científicos impressos ou eletrônicos e entre outros.

Andrade (2010) ressalta que o mais importante, porém, é observar fontes verdadeiras, fundamentadas por autores renomados e classificados como especialistas no tema de estudo.



Para tanto, o presente estudo utilizou de uma abordagem qualitativa os procedimentos e documentos utilizados no setor de contas a pagar e a receber, identificando suas relações com os controles internos, os pontos críticos pertinentes e os fatores que determinam se os objetivos foram alcançados de acordo com o que foi planejado.

A coleta de dados, segundo Markoni e Lakatos (2017), é a fase da pesquisa em que se interroga a realidade aplicando os instrumentos elaborados e as técnicas escolhidas para se efetuar a coleta dos dados, sendo utilizado neste estudo o questionário.

Este procedimento consiste segundo Andrade (2010), na elaboração de perguntas claras e objetivas que mantenham uma sequência lógica e com vocabulário adequado ao nível do público alvo. Após ter sido respondido o questionário, as informações recolhidas, foram analisadas e correlacionadas com o referencial teórico, com interesse de encontrar a resposta relativa ao problema estudado.

4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com a finalidade de saber o comportamento prático das empresas, referente aos controles internos, especificamente no setor financeiro, foi aplicado um questionário ao responsável pelo setor, que visa coletar informações da área do contas a pagar e contas a receber; sendo aplicado nas empresas Avalon Indústria Têxtil Ltda e Marp Indústria Têxtil Ltda.

4.1 EMPRESAS PESQUISADAS

A empresa Avalon Indústria Têxtil Ltda é uma empresa 100% brasileira que foi fundada em 1º de abril de 1991, ano em que o Brasil passava por uma severa crise econômica. Sua área de atuação está voltada para a criação e produção de artigos de vestuário para magazines e várias marcas reconhecidas, entre elas: Farm, Marisa e Dress to.

As atividades da empresa se iniciaram nos fundos da residência da família Rech com apenas 6 máquinas de costura e quatro funcionários. Em 2010, com o objetivo de tornar a produção mais verticalizada foi aberta uma filial na cidade de Timbó Grande/SC. Hoje, após 29 anos, a empresa



conta com mais de 200 profissionais diretos e cerca de 600 indiretos, formando uma produção verticalizada, com controles de processos organizados e integrados através de um sistema único de gestão, atingindo uma capacidade produtiva de 200 mil peças por mês e mantendo assim, um constante acompanhamento das entregas e um minucioso controle de qualidade dos produtos. A Empresa Marp Indústria Têxtil Ltda foi fundada em 1988, e desde então vem buscando o aprimoramento contínuo de seus produtos, destacando-se por sua inovação e qualidade perante o mercado. Durante os primeiros anos, o atendimento e a distribuição eram feitos apenas para revendedores. Hoje, os produtos da Marp ganham espaço dentro e fora do país estando presentes nas grandes lojas de departamento, em todo o Brasil e no mercado sul-americano.

4.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE

Para o procedimento de análise os critérios utilizados foram as normas de auditoria estabelecidas, conforme apresentado no quadro 3 de contas a receber e quadro 4 de contas a pagar. O questionário formulado tem como finalidade identificar em cada resposta se as empresas pesquisadas estão de fato efetuando seus controles conforme as normas estabelecidas.

Quadro 3 - Normas de Auditoria - Contas a Receber

QUESTÕES		NORMAS	
		SIM	NÃO
1	As contas a receber são reais e representam direitos efetivos contra os devedores?	X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a receber?	X	
3	O crédito concedido aos clientes necessita de autorização?	X	
4	As provisões estão adequadas para fazer em face de possíveis perdas?	X	



5	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros?	X	
6	As baixas de duplicatas a receber são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X	
7	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixar por devolução ou por perda?		X
8	Há políticas de controles de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?	X	
9	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a receber sem autorização?		X
10	As alterações de vencimentos no contas a receber são devidamente registradas e aprovadas?	X	
11	Os recebimentos do contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?	X	
12	Os recebimentos do contas a receber são retidos por alguns dias antes de efetiva baixa?		X
13	Há procedimentos de segurança no caso de recebimento por meio de cheques?	X	
14	Há realização de conciliações periódicas do contas a receber com a contabilidade?	X	
15	O responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação contábil?		X



16	As contas a receber são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X	
Fonte: Almeida (2003)			

Quadro 4 - Normas de Auditoria - Contas a Pagar

QUESTÕES		NORMAS	
		SIM	NÃO
1	As contas a pagar são reais e representam efetivamente as obrigações?	X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a pagar?	X	
3	Há revisão e autorização dos pagamentos?	X	
4	As baixas de duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X	
5	O responsável pelo contas tem autorização para baixa por devolução?		X
6	Há controle de pagamentos para evitar atrasos?	X	
7	Há política para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?	X	



8	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?		X
9	As alterações de vencimentos o contas a pagar são devidamente registradas e aprovadas?	X	
10	Os juros são pagos com autorizações?	X	
11	Os juros são pagos com documentos específicos?	X	
12	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos?	X	
13	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		X
14	O responsável pelo contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?		X
15	Há realização de conciliações periódicas do contas a pagar com a contabilidade?	X	
16	As contas a pagar são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X	
Fonte: Almeida (2003)			

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Após os questionários apresentados no quadro 3 e quadro 4 terem sido aplicados no setor financeiro de cada uma das empresas, foi realizada a análise a partir da comparação das normas

estabelecidas pela auditoria e a verificação dos processos internos praticados pelas empresas, se estão de acordo com o que as normas prescrevem.

4.3.1 Análise Contas a Receber

No quadro 5 encontram-se as respostas do questionário de contas a receber aplicado nas empresas Avalon Indústria Têxtil Ltda e Marp Indústria Têxtil Ltda, utilizando-se da comparação com as normas de auditoria, apresentam-se os resultados obtidos pelas questões e a análise das divergências apresentadas nas empresas.

Quadro 5 - Contas a Receber – Dados Obtidos

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	As contas a receber são reais e representam direitos efetivos contra os devedores?	X		X		X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a receber?	X		X		X	
3	O crédito concedido aos clientes necessita de autorização?	X		X		X	
4	As provisões estão adequadas para fazer em face de possíveis perdas?	X		X			Ñ APLIC.
5	Existe autorização para concessão de descontos e/ou dispensa de juros?	X		X		X	



6	As baixas de duplicatas a receber são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X		X		X	
7	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixar por devolução ou por perda?		X	X		X	
8	Há políticas de controles de duplicatas a receber vencidas e não recebidas?	X		X		X	
9	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a receber sem autorização?		X		X		X
10	As alterações de vencimentos no contas a receber são devidamente registradas e aprovadas?	X		X		X	
11	Os recebimentos do contas a receber são efetuados diretamente na conta caixa/bancos?	X		X		X	
12	Os recebimentos do contas a receber são retidos por alguns dias antes de efetiva baixa?		X	X			X
13	Há procedimentos de segurança no caso de recebimento por meio de cheques?	X			X	X	
14	Há realização de conciliações periódicas do contas a receber com a contabilidade?	X		X		X	
15	O responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação contábil?		X		X	X	

16	As contas a receber são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X		X		X	
----	--	---	--	---	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Após aplicar o questionário referente ao contas a receber, foi observado, conforme o quadro 5, que as empresas cumprem com a maioria das questões de acordo com as normas de auditoria, apresentando apenas algumas questões com divergências, que serão apresentadas a seguir.

Quadro 6 - Questão N° 7 – (Contas a Receber)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7	O responsável pelo contas a receber tem autorização para baixar por devolução ou por perda?		X	X		X	

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro nº 6 é possível verificar com clareza que ambas as empresas apresentam divergências com as normas de auditoria no que se refere às baixas por devolução ou perdas, onde uma mesma pessoa possui autorizações para efetuar as baixas.

Buscando atender as normas de auditoria e obter melhores métodos praticados dentro das entidades, deve ser utilizada a segregação de funções, citada por Attie (2000), dentro das práticas de salvaguarda dos interesses da empresa.

Levando-se em conta que um funcionário está exercendo mais de uma função em fases diferentes dentro de um mesmo processo, a segregação de funções vai estabelecer distinção nas funções de execução operacional, custódia física e contabilização. Dessa forma, nenhum funcionário

terá por inteira a responsabilidade de todos os processos executados, cada fase ou setor terá uma pessoa responsável pela sua execução de maneira independente uma da outra.

Quadro 7 - Questão N° 12 – (Contas a Receber)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
12	Os recebimentos do contas a receber são retidos por alguns dias antes de efetiva baixa?		X	X			X

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de nº 12 apenas a empresa Avalon apresentou divergência em relação à norma que estabelece que os recebimentos das contas a receber não devem ficar retidos por muitos dias. No caso da empresa, o procedimento atual é reter apenas um 1 (um) dia antes de realizar as efetivas baixas.

Quadro 8 - Questão N° 13 – (Contas a Receber)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
13	Há procedimentos de segurança no caso de recebimento por meio de cheques?	X			X	X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de nº 13 a empresa Avalon justificou sua resposta por não atender à exigência determinada pelas normas de auditoria, pois não há o procedimento de receber de seus clientes através de cheque, apenas depósitos bancários e/ou duplicatas. Sendo assim, não há nenhuma medida de segurança estabelecida para tal recebimento.

Quadro 9 - Questão Nº 15 – (Contas a Receber)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
15	O responsável pelo contas a receber também é responsável pela conciliação contábil?		X		X	X	

Fonte: Dados da pesquisa.

A empresa Marp atualmente, conta com apenas um responsável por todo o setor financeiro e um auxiliar para apoio nas operações, desta forma o responsável pelo contas a receber e a pagar, também é o responsável pela conciliação contábil. Orienta-se neste ponto distinguir estes processos do mesmo indivíduo, evitando desta forma, desvios e modificações dos ativos da empresa. Na sequência, inicia-se as inconformidades destacadas no contas a pagar.

4.3.2 Análise Contas a Pagar

No quadro de nº 10, se expõem os dados obtidos através do questionário de contas a pagar aplicado nas empresas Avalon Indústria Têxtil Ltda e Marp Indústria Têxtil Ltda, utilizando-se da comparação com as normas de auditoria e a análise das divergências que cada empresa apresentou neste setor.

Quadro 10 - Contas a Pagar – Dados Obtidos

QUESTÕES	NORMAS	Avalon	Marp
----------	--------	--------	------



		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	As contas a pagar são reais e representam efetivamente as obrigações?	X		X		X	
2	Existe senhas de acesso no sistema de contas a pagar?	X		X		X	
3	Há revisão e autorização dos pagamentos?	X		X		X	
4	As baixas de duplicatas a pagar são realizadas com documentos hábeis e comprobatórios?	X		X		X	
5	O responsável pelo contas tem autorização para baixa por devolução?		X	X		X	
6	Há controle de pagamentos para evitar atrasos?	X		X		X	
7	Há política para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?	X			X	X	
8	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?		X	X			X
9	As alterações de vencimentos o contas a pagar são devidamente registradas e aprovadas?	X		X		X	
10	Os juros são pagos com autorizações?	X		X			X
11	Os juros são pagos com documentos específicos?	X			X		X
12	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos?	X		X			X

13	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		X		X	X	
14	O responsável pelo contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?		X	X		X	
15	Há realização de conciliações periódicas do contas a pagar com a contabilidade?	X		X		X	
16	As contas a pagar são contabilizadas de acordo com os princípios de contabilidade?	X		X		X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Após aplicar o questionário relacionado ao contas a pagar, foi observado que as empresas cumprem com a maioria das questões de acordo com as normas de auditoria, apresentando apenas algumas questões que ocorreram discordâncias, conforme apresentado a seguir:

Quadro 11 - Questão N° 5 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES	NORMAS		Avalon		Marp	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5		X	X		X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão apresentada, de n° 5, pode-se perceber que ambas as empresas, apresentam divergência quanto ao responsável pelo contas a pagar também possuir autorização para efetuar as baixas por devolução.

Para atender as normas de auditoria neste caso, é recomendado novamente realizar o mesmo procedimento citado por Attie (2000) anteriormente, para a área do contas a receber: a segregação

de função. Este procedimento garantirá que nenhum funcionário tenha total responsabilidade em uma rotina de processos, evitando possíveis fraudes e erros e proporcionando a oportunidade de confrontar as informações recebidas por pessoas diferentes no mesmo processo.

Quadro 12 - Questão N° 7 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
7	Há política para as duplicatas a pagar vencidas e não pagas?	X			X	X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de n° 7 a empresa Avalon afirmou que não tem políticas ativas para duplicatas a pagar que já venceram e/ou não foram pagas, pois sua programação de pagamento é eficaz e raramente aconteceu alguma situação de esquecimento ou não autorização de algum pagamento.

Segundo a responsável do setor, a maioria dos seus fornecedores são os que abastecem a empresa de matéria-prima para gerar a produção e conseqüentemente as vendas dos seus produtos, uma vez que deixando de priorizar estes pagamentos acarretaria em uma paralisação em vários setores da empresa.

Quadro 13 - Questão N° 8 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO

8	Há possibilidade de inclusão de compromissos no contas a pagar sem autorização?						
			X	X			X

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão referente à inclusão de compromissos sem autorização, pode-se ver que apenas a empresa Avalon apresenta divergência comparado à norma de auditoria. Para garantir maior assertividade nas operações financeiras é recomendado o sistema de autorização e aprovação. De acordo com Attie (1998), o sistema de autorização e aprovação consiste em um controle das operações através de autorizações conforme suas responsabilidades. Por segurança a pessoa que autoriza não deve ser a mesma que aprova, para não expor a riscos os interesses das empresas.

Quadro 14 - Questão Nº 10 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
10	Os juros são pagos com autorizações?	X		X			X

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão apresentada no quadro 14, a empresa Marp informou que realiza o pagamento dos juros de forma automática, apenas justificando os valores e motivos pelos quais ocorreram estes juros nas contas quando essa situação acontece, não sendo necessária a solicitação de autorizações para estes pagamentos.

Quadro 15 - Questão Nº 11 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO

11	Os juros são pagos com documentos específicos?	X			X		X
----	--	---	--	--	---	--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

As empresas entrevistadas manifestaram a mesma resposta em relação à questão de nº 11 onde questiona o pagamento dos juros. Na empresa Avalon o documento para pagamento dos juros é o mesmo boleto gerado pelo fornecedor, apenas sendo feito a atualização automática via internet banking para pagamento no dia, se por acaso ocorrer algum atraso na programação de pagamentos.

Já na empresa Marp a responsável informou que se ocorrer algum atraso de pagamentos dos boletos, os juros são pagos da mesma forma através de DDA (Débito Direto Autorizado), sendo assim, nenhuma das empresas apresentam documento específico para pagamento de juros.

Quadro 16 - Questão N°12 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
12	Existem duas assinaturas escritas ou eletrônicas para efetuar os pagamentos?	X		X			X

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão apresentada no quadro 16 nota-se que apenas a empresa Marp apresentou resposta diferente ao que a norma da auditoria apresenta, que as empresas tenham duas assinaturas eletrônicas para efetuar os pagamentos do contas a pagar. No entanto, a empresa declarou utilizar apenas uma senha para acessar a conta máster, onde efetua os pagamentos com as devidas autorizações do diretor da empresa.

Quadro 17 - Questão N° 13 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
----------	--	--------	--	--------	--	------	--

		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
13	Existe a possibilidade de um pagamento ser feito em duplicidade?		X		X	X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão de nº 13, ambos os responsáveis pelo setor financeiro alegaram ser raro de acontecer duplicidade pelo fato de realizarem a conferência manual das contas e do próprio relatório de pagamentos apresentado diariamente.

No caso da empresa Avalon, além da conferência do relatório, o próprio sistema utilizado no setor financeiro impede de ser realizado um pagamento de contas duplicadas. No entanto, na empresa Marp não existe esta proteção via sistema podendo ocorrer o pagamento em duplicidade caso a pré-conferência falhar. Após os pagamentos serem realizados, a responsável tem por procedimento fazer uma conciliação bancária usando como controle interno para uma pós conferência das contas pagas e assim detectar se alguma conta foi esquecida ou duplicada para realizar a devida correção.

Quadro 18 - Questão Nº 14 – (Contas a Pagar)

QUESTÕES		NORMAS		Avalon		Marp	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
14	O responsável pelo contas a pagar também é responsável pela conciliação contábil?		X	X		X	

Fonte: Dados da pesquisa

A questão de nº 14 foi a última questão em que ambas as empresas expuseram a mesma resposta em discordância com a norma de auditoria questionada. Nesta situação é indicado



novamente a segregação de tarefas, sendo passado a uma outra pessoa a responsabilidade de conciliar as contas após as operações realizadas pelo responsável do contas a pagar, evitando assim erros ou fraudes gerando futuros prejuízos às empresas.

De maneira geral, apesar das duas entidades adotarem grande parte dos controles internos orientados pelas normas, conclui-se que há muitos pontos relevantes de melhoria a serem implantados nas duas empresas pesquisadas, tanto no contas a pagar, como no contas a receber. Um dos principais fatores verificados é a divisão de tarefas visto que ambas dependem muito de um mesmo funcionário para exercer várias funções importantes. Esta prática pode acabar causando perdas financeiras para estes negócios caso seus empregados venham a utilizar-se da má fé nos controles internos financeiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco principal deste trabalho foi apresentar a importância que existe para as empresas se utilizarem de controles internos e reconhecerem a notoriedade do setor de controladoria juntamente com o auxílio da auditoria no setor financeiro, objeto de estudo utilizado para apresentação e análise de dados.

Conclui-se que é de grande valia, além de benéfico para a empresa, implementar em suas atividades os controles internos, pois proporcionam maior segurança e otimização nos processos que são executados dentro da empresa. É visto que, o crescente aumento da globalização tem gerado como efeito o aumento da complexidade nas entidades e o crescimento das transações nacionais e internacionais. Diante deste cenário faz-se necessário aos gestores atentarem-se para o setor de controladoria gerencial, que vem para exercer um papel fundamental, onde consegue reunir várias informações de forma adequada e simplificada, de todos os setores, para orientar os gestores na tomada de decisão e auxiliá-los na busca da eficácia gerencial.

Juntamente com a controladoria, a auditoria contábil vem para somar e auxiliar as empresas no sentido de testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial. Refere-se a um exame detalhado de livros, documentos e arquivos de uma entidade para obter informações dos procedimentos e registros contábeis, buscando comprovar se os registros contábeis estão alinhados com os princípios de contabilidade e confirmar a veracidade dos valores demonstrados no seu patrimônio.



A auditoria pode ser exercida de duas formas, apesar de ambas terem o mesmo objetivo. A auditoria interna, onde é realizada por um funcionário (e/ou uma equipe) qualificada de dentro da empresa, ou pode ser realizada como auditoria externa, onde uma empresa é contratada, representada por um auditor independente, que não tenha nenhum vínculo empregatício ou de associação administrativa referente à empresa que será auditada.

Independente da forma escolhida pela empresa que será auditada, o auditor responsável que fará a avaliação dos documentos, deve executá-la de acordo com as normas de auditoria presentes na legislação, e ter um procedimento responsável, honesto, ético, íntegro, e dedicado em seus trabalhos prestados, para que ao final de suas avaliações, possa com credibilidade, manifestar uma opinião sobre o conteúdo analisado, e até mesmo fazer sugestões que possam contribuir com a melhoria e manutenção dos controles internos adotados pela empresa auditada.

Os encarregados pela controladoria das empresas, onde existir o setor específico, irão executar os controles internos, que têm como objetivos básicos: proteger os ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados obtidos e relatórios gerados, fazendo com que a empresa desenvolva suas atividades com maior eficiência e estimule que as normas e políticas da empresa, definidas por seus administradores, sejam cumpridas por todos os funcionários.

Os controles internos são métodos ou procedimentos que auxiliam na organização da empresa e apresentam como as atividades devem ser divididas e executadas, da melhor maneira para que, todo o ciclo da empresa aconteça de forma eficaz e prevenindo erros ou irregularidades.

Os controles internos, também, irão proporcionar relatórios com maior exatidão, através de dados e informações seguros que irão gerar credibilidade aos gestores e demais usuários.

O que irá garantir maior segurança durante as operações das atividades, como um dos vários exemplos, será ter uma divisão adequada de funções, não permitindo os funcionários responsáveis por duas atividades sequenciais no mesmo setor, por exemplo, um funcionário ser responsável pelas baixas por devolução e o mesmo ser responsável por efetuar os pagamentos e duplicatas. Se houver uma segregação nas funções, a empresa correrá menor risco em relação aos seus interesses. Outro exemplo adequado que poderá ser adotado, é o método de autorização para pagamentos e/ou



compras, onde os funcionários sempre se submeterão primariamente ao que um superior ao autorizar a fazer.

Inserindo a prática de controles internos no setor financeiro, onde lida com informações de maior importância para os gestores conduzirem as ações internas e externas pertinentes à empresa, é possível fazer a análise dos dados referentes aos saldos de períodos passados e comparar ao que de fato ocorre no período atual, identificar se há desvios de valores, despesas desnecessárias, ou até mesmo novas oportunidades de obter lucros e/ou fazer aplicações rentáveis.

Os controles de contas a receber permitem gerar informações onde podem ser analisados os valores recebidos dos clientes, bem como acréscimos e descontos, ver os pagamentos em atraso e poder aplicar as medidas adotadas para cobrança de pagamentos atrasados, além de fornecer informações para fluxo de caixa e conciliações.

Os controles de contas a pagar, permitem visualizar todos os compromissos que a empresa tem para efetuar o devido pagamento no período correspondente, possibilita priorizar pagamentos quando há dificuldade financeira para que todos sejam quitados conforme programação, evita a ocorrência de pagamentos em atraso causando acréscimos de multas e juros, e fornece informações para elaboração de fluxo de caixas e conciliações.

A partir das informações obtidas dos controles de contas a receber e contas a pagar é possível elaborar fluxos de caixa com informações precisas e sempre com tempo hábil, para que a empresa possa ter seus saldos atualizados e ter uma visão do resultado geral, onde poderá decidir se buscará novas maneiras de investir as sobras ou se irá programar caso haja falta de valor em caixa.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1998.
- AVALON INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, <<https://www.avalontextil.com.br/institucional>>, acessado em 21/03/2020.
- BARROS, Aidil J. da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- JUNIOR, M. Sérgio Adilson; PAULO, Caetano de, Eduardo; MORAES, Carlos Geovane; FALEIROS, Graciele Júlia, A AUDITORIA INTERNA E OS CONTROLES INTERNOS E A CONFIABILIDADE DOS DADOS NA EMPRESA, **Diálogos em Contabilidade: teoria e**
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARP INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, <<http://www.marp.com.br/a-empresa.php>>, acessado em 21/03/2020.



NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE: **Auditoria interna: NBC TI 01 e NBC PI 01.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. p. 5, Edição Eletrônica.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em Sistema de Informação Contábil.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

prática, São Paulo: Franca, v. 1, n. 1, p.1-17, jan./dez. 2013.

SANTOS, José Luiz dos, SHIMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura. **Fundamentos de Auditoria Contábil.** São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, A. Manuela; VIEIRA, V. Trindade Eloir. AUDITORIA INTERNA: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações, **REDECA**, FEA-PUC/SP, v. 2, n. 2, p. 1-20, Jul-Dez 2015.

TROMBETTA, Ari. **A Importância Do Controle Financeiro Nas Empresas**, Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação de Gestão Contábil e Financeira. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, p. 1-41, 2014.